



Presidência da República

Edital No. 139/2022, de 20 de abril de 2022

Chamamento Público para Requisição de Servidor/Empregado Público Federal interessado em atuar na equipe da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão vinculado à Presidência da República.

1. SOBRE A UNIDADE

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi criada pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e estruturada pelo Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020. Trata-se de um órgão vinculado à Presidência da República que tem por objetivo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

2. DA(S) VAGA(S) / OPORTUNIDADE(S)

REQUISITOS GERAIS: Servidor público federal regido pela Lei nº 8.112/90 ou empregado público vinculado a empresa pública ou a sociedade de economia mista dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial de despesas de pessoal ou para o custeio em geral. Logo, não poderão participar deste processo empregados públicos cuja requisição implique necessidade de reembolso por parte da Presidência da República. Haver correspondência entre o cargo do candidato e as atribuições descritas neste edital, de maneira que não caracterize desvio de função. É vedada a participação de servidores em exercício na Presidência da República ou em Órgãos a ela vinculados. São assegurados ao servidor público, no instituto da requisição, todos os direitos e vantagens a que faça jus no Órgão ou entidade de origem (parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995).

2.1. Relações Internacionais

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para trabalhar com Relações Internacionais na Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Internacionais, da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior completo em qualquer área do conhecimento;

Conhecimento e prática avançada em inglês;

Conhecimento básico sobre proteção de dados pessoais;

Conhecimento e prática básica em análise de dados.

Capacidade de análise;

Habilidades de comunicação;

Habilidades interpessoais.

Diferenciais:

Formação em Direito ou Economia;

Experiência em assessoria internacional;

Conhecimento e prática intermediária em espanhol

2.1.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar os procedimentos para os mecanismos de transferências internacionais de dados, incluindo as cláusulas-padrão contratuais, os procedimentos de aprovação de normas corporativas globais, cláusulas contratuais específica;

Subsidiar o Conselho Diretor nas suas decisões acerca da adequação de países terceiros e organizações internacionais;

Participar de eventos internacionais no tema proteção de dados pessoais;

Assessorar os diretores e outros membros da ANPD em viagens internacionais;

Promover diálogo com entidades estrangeiras governamentais e não-governamentais, incluindo organismos internacionais;

Assessorar a Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Internacionais na coordenação e cooperação com autoridades de proteção de dados estrangeiras;

Elaborar estudos e pesquisas pertinentes às competências da CGRII;

Elaborar notas técnicas que fundamentem acordos de cooperação, memorandos de entendimentos e outros documentos congêneres;

Condução de acordos de cooperação técnica, joint statements e memorandos de entendimentos com atores internacionais;

Realizar outras atividades relacionadas com o tema privacidade e proteção de dados.

2.2. Especialista em Privacidade e Segurança da Informação

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para atuar com atividades relacionadas à Privacidade e Segurança da Informação, na Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em qualquer área.

Conhecimento e prática básica em padrões internacionais de segurança da informação e gestão de riscos; Normas ISO (Família 27000); Frameworks e Processos de Governança Corporativa e de TIC, incluindo riscos e Segurança da informação; Auditoria de Segurança da Informação; Governança de Infraestrutura de TIC; Boas Práticas em Interoperabilidade e Segurança da Informação; Respostas a Incidentes de Segurança da Informação; Investigação de incidentes de Segurança da Informação; e em Redes de Computadores. Conhecimento básico de Direito Constitucional, Consumidor e Concorrencial e da Lei nº 13.709/18 - LGPD.

Diferenciais:

Experiência em metodologia de pesquisa;

Habilidade em escrita técnica (escrita de Notas Técnicas, Pareceres, Instruções Técnicas e Normativas);

Idioma: Inglês avançado;

Proatividade; e

Capacidade de análise.

2.2.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar pareceres e notas técnicas em casos concretos;

Elaborar programas e políticas públicas;
Participar de reuniões;
Analisar incidentes de segurança;
Desenvolver estudos e pesquisas sobre tecnologias;
Realizar análise de relatórios de impacto de proteção de dados pessoais;
Realizar auditorias e ações de fiscalização; e
Avaliar a gravidade de incidente de segurança.

2.3. Fiscalização: Analista em Proteção de Dados Pessoais II

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 4

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Quatro vagas para atuar em atividades relacionadas à proteção de dados na Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em Direito ou em Tecnologia da Informação.

Conhecimento e prática básica em processos administrativos de fiscalização e sancionamento; Teoria da Regulação Responsiva; auditoria de segurança da informação; elaboração de notas técnicas; em direito administrativo material e processual; e em redação oficial. Conhecimento básico sobre a Lei Geral de Proteção de Dados.

Diferenciais:

Conhecimento e prática básica em processos administrativos de fiscalização e sancionamento;

Conhecimento básico da Teoria da Regulação Responsiva; e

Conhecimento e prática básica em auditoria de segurança da informação.

2.3.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Direito ou Tecnologia da Informação - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Analisar adequação à LGPD em procedimentos preparatórios de fiscalização;

Analisar adequação à LGPD em comunicações de incidentes de segurança;

Participar das análises de impacto regulatório nos temas pertinentes à CGF;

Elaborar Notas Técnicas;

Elaborar guias e manuais;

Desenvolver ou aprimorar modelos de peças e procedimentos referentes aos processos

de prevenção e sanção da fiscalização da ANPD;

Impulsionar os processos sob responsabilidade da Coordenação de Tratamento de Incidentes de Segurança ou da Coordenação de Fiscalização; e

Acompanhar prazos.

2.4. Assessoria Parlamentar

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 2

Programa de Gestão: Parcial

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Dois vagas para trabalhar com Assessoria Parlamentar na Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Internacionais da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em qualquer área.

Conhecimento e prática básica da organização política e das instituições brasileiras e compreensão de quem são os principais atores políticos no Brasil.

Conhecimento e prática básica em redação em português;

Experiência com a elaboração de apresentações visuais que podem incluir apresentações em PowerPoint;

Experiência e prática intermediária em análise política e monitoramento de movimentos nos poderes Executivo e Legislativo;

Conhecimento e prática básica com relatórios políticos e gestão de stakeholders;

Capacidade de análise;

Habilidades de comunicação;

Habilidades interpessoais.

Residir em Brasília - Distrito Federal.

Diferenciais:

Formação em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Administração Pública ou outra área relacionada;

Experiência em Relações institucionais e análise política;

Interesse por política;

Prática intermediária em Excel.

2.4.1. Requisitos da Oportunidade**FORMAÇÃO PREFERENCIAL**

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Acompanhar projetos de lei de interesse da ANPD no Senado e na Câmara Federal;

Analisar, controlar prazos e elaborar redações;

Elaborar e encaminhar respostas a requerimentos de informação e indicações;

Controlar e acompanhar audiências;

Atender parlamentares e assessores parlamentares;

Acompanhar reuniões realizadas nas comissões permanentes, mistas e especiais da Câmara e do Senado e das sessões de plenário e Congresso Nacional;

Elaborar tabelas, relatórios e notas técnicas relativas ao Acompanhamento

Legislativo de projetos de lei, propostas de emendas constitucionais e outras atividades legislativas em trâmite que impactem as atividades da ANPD.

Assistir o Comitê Diretor em sua representação política;

Realizar outras atividades relacionadas com o tema privacidade e proteção de dados.

2.5. Infraestrutura e Administração de TI

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para atuar em atividades de Infraestrutura de TI, na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em TI.

Experiência em ambientes na nuvem (pública, híbrida ou privada), no planejamento ou fiscalização de contratações de TIC (em conformidade com a IN nº 01/2019 SGD/ME e demais normas) e em administração de ativos de rede (por exemplo: roteadores, switches, firewalls, IDS/IPS, servidores, etc).

2.5.1. Requisitos da Oportunidade**FORMAÇÃO PREFERENCIAL**

- Tecnologia da Informação - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Atuar na gestão de ativos de rede de computadores;

Atuar na administração de ativos de TI (Roteadores, switches, firewalls, IDS/IPS, servidores, entre outros);

Participar do planejamento ou da fiscalização de contratações de TIC (em conformidade com a IN nº 01/2019 SGD/ME e demais normas).

2.6. Assessoria ao Diretor e ao Gabinete da Diretoria

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 1

Programa de Gestão: Parcial

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Uma vaga para atuar na Assessoria do Gabinete da Diretoria da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível Superior em Direito, Administração, Gestão Pública ou áreas afins.

Conhecimento e prática intermediária em Gestão de Processos, análise de processos e redação oficial. Conhecimento e prática básica em revisão processual e SEI;

Residir em Brasília - Distrito Federal.

Diferenciais:

Experiência em análise e trâmite processual, rotina administrativa e gestão de processos e em relatório de atividades e noções de orçamento material.

2.6.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Direito, Administração, Gestão Pública ou Áreas Afins - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

- Realizar trâmite processual do gabinete e acompanhar prazos;
- Expedir ofícios ou outros documentos às autoridades;
- Participar de atividades ou grupos de trabalhos concernentes às atribuições do Conselho Diretor;
- Acompanhar prazos determinados pelo gabinete e tramitar processo via SEI para áreas técnicas da ANPD; e
- Revisar votos, pareceres, consultas e demais procedimentos relativos ao Gabinete do Diretor.

2.7. Redator, Jornalista ou Publicitário

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 2

Programa de Gestão: Parcial

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Duas vagas para atuar como Redator, Jornalista ou Publicitário, no Gabinete do Diretor-Presidente, da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior completo em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas.

Conhecimento e prática avançada em Editoração, Revisão e diagramação de textos, Redes Sociais (LinkedIn, Instagram, Facebook, Twitter, Youtube) e Sistema SEI; Comunicação clara e objetiva; Criatividade.

Residir em Brasília - Distrito Federal.

Diferencial:

Experiência em gestão do Portal Gov.br.

2.7.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas. - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Criação, editoração e revisão de textos a serem veiculados no site oficial, na intranet ou redes sociais da instituição.

Trabalhar com criação de artes gráfico-visuais em geral on e off-line;

Trabalhar na manipulação e tratamento de imagens;

Articulação e respostas à imprensa;

Monitorar a mídias para elaboração de clipping;

Montar templates de apresentação em Power Point;

Fazer editoração e diagramação de textos, de cartilhas e outros documentos;

Elaborar e fazer a manutenção de projetos gráfico-visuais tais como e-mail marketing, cards para post, stories e páginas da web (site e intranet).

2.8. Fiscalização: Técnico Processual Administrativo

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para trabalhar na Coordenação-Geral de Fiscalização, da ANDP.

Requisitos específicos:

Nível médio completo.

Conhecimento e prática em redação oficial, SEI, Excel; e planejamento na ferramenta Planner.

Diferenciais:

Conhecimento e prática básica em processos administrativos e pacote Office.

2.8.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível ENSINO MÉDIO (Desejável)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

- Monitorar, triar e distribuir processos sob gestão da CGF;

- Auxiliar no acompanhamento e controle de prazos;

- Elaborar e expedir ofícios, despachos e e-mails;

- Auxiliar no cálculo e acompanhamento de indicadores estratégicos da CGF;

- Auxiliar no controle do andamento de processos no SEI;

- Garantir a qualidade das informações gerenciais;

- Acompanhar Prazos; e

- Preparar informações para acompanhamento gerencial.

2.9. Especialista em Privacidade - Economia

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 2

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Duas vagas para atuar como Especialista em Privacidade, na Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa, da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível Superior completo em Economia.

Conhecimento e prática básica sobre análise econômica do direito; e

Conhecimento e prática básica sobre regulação econômica e concorrencial.

Diferenciais:

Capacidade de realizar análises econômica dos mercados associados ao uso de dados pessoais;

Experiência em metodologia de pesquisa;

Proatividade e independência;

Capacidade de análise;

Habilidade de escrita técnica (escrita de Notas Técnicas, Pareceres, Instruções Técnicas e Normativas); e

Idioma: Inglês Avançado.

2.9.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Economia - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar pareceres e notas técnicas em casos concretos;

Elaborar programas e políticas públicas;

Participar de reuniões; e

Realizar pesquisas, análises estatísticas e de cenários.

2.10. Fiscalização: Analista em Proteção de Dados Pessoais I

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para atuar em atividades relacionadas à proteção de dados, na Coordenação-Geral de Fiscalização, da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior completo em qualquer área.

Conhecimento e prática básica em elaboração de relatório; redação oficial; conhecimento básico sobre Lei Geral de Proteção de Dados e Análise de dados agregados no Excel.

Diferenciais:

Conhecimento e prática básica em processos administrativos;

Conhecimento básico da Teoria da Regulação Responsiva;

Conhecimento e prática básica em gestão por processos; e

Conhecimento e prática básica em formulação de Indicadores.

2.10.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar relatório de monitoramento e diagnóstico;

Analisar e preparar respostas a pedidos de acesso à informação;

Analisar petições de titulares de dados por descumprimento da LGPD;

Elaborar guias e manuais;

Desenvolver ou aprimorar modelos de peças e procedimentos referentes ao processo de monitoramento e de orientação da fiscalização da ANPD;

Elaborar relatório de monitoramento e diagnóstico;

Impulsionar os processos sob responsabilidade da Divisão de Monitoramento;

Acompanhar prazos processuais; e

Preparar informações para acompanhamento gerencial.

2.11. Relações Institucionais

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 2

Programa de Gestão: Parcial

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Duas vagas para trabalhar com Relações Institucionais, na Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Internacionais, da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em qualquer área.

Conhecimento intermediário sobre proteção de dados pessoais;

Conhecimento e prática básica em análise de dados.

Capacidade de análise;

Habilidades de comunicação e interpessoais.

Residir em Brasília - Distrito Federal.

Diferenciais:

Experiência com relações institucionais.

2.11.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Auxiliar na articulação com outros órgãos com competência normativa e sancionadora para o adequado desempenho das atribuições legais da ANPD.

Participar e organizar eventos nacionais no tema proteção de dados pessoais;

Elaborar Acordos de cooperação técnica, memorandos de entendimento e instrumentos congêneres;

Elaborar notas técnicas de responsabilidade da CGRII;

Elaborar estudos e pesquisas pertinentes às competências da CGRII;

Promover diálogo com entidades governamentais e não-governamentais;

Conduzir negociações pela ANPD;

Realizar outras atividades relacionadas com o tema privacidade e proteção de dados.

2.12. Especialista em Privacidade Arquiteto de Software e Cientista de Dados e Inteligência Artificial

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para atuar como especialista em privacidade na Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior completo em qualquer área.

Conhecimento básico da Lei 13.709/18 - LGPD; Direito Constitucional, Consumidor e Concorrencial; conhecimento e prática básica em arquitetura de desenvolvimento de aplicações web; Boas Práticas de Desenvolvimento Seguro de Aplicações; Banco de Dados, relacionais e não relacionais; Arquitetura de Sistemas, baseado na nuvem; Arquitetura de Redes Neural Artificial; Interoperabilidade; Criptografia e Ciência de Dados.

Conhecimento e prática avançada em arquitetura de desenvolvimento de aplicações móveis.

Conhecimento e prática básica em Técnicas de Anonimização de Dados.

Diferenciais:

Experiência em Metodologia de pesquisa;

Habilidade de escrita técnica (escrita de Notas Técnicas, Pareceres, Instruções Técnicas e Normativas);

Idioma: Inglês avançado; e

Proatividade e independência; e

Capacidade de análise.

2.12.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Desejável)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar pareceres e notas técnicas em casos concretos;

Elaborar programas e políticas públicas;

Participar de reuniões;

Monitorar e realizar análise de mercado; e

Realizar o desenvolvimento de novas tecnologias.

2.13. Assessoria ao Diretor e ao Gerente de Projetos

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 1

Programa de Gestão: Sem Programa de Gestão

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Uma vaga para atuar na assessoria do Gabinete da Diretoria da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em Direito.

Conhecimento básico sobre a Lei Geral de Proteção de Dados; conhecimento e prática básica em Assessoria Jurídica, SEI; conhecimento avançado e prática intermediária em Redação Oficial.

Conhecimento e prática básica em elaboração de votos.

Residir em Brasília - Distrito Federal.

Diferenciais:

Experiência em elaboração de votos, pareceres, consultoria e assessoria jurídica.

2.13.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Direito - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar votos, pareceres e consultas solicitadas pelo Diretor, bem como o gabinete do Diretor;

Expedir ofícios ou outros documentos a autoridades;

Participar de atividades ou grupos de trabalhos concernentes às atribuições do conselho diretor;

Acompanhar prazos e tramitar processo via SEI; e

Revisar votos, pareceres, consultas e demais procedimentos relativos ao Gabinete do Diretor.

2.14. Desenvolvimento de Sistemas

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para atuar com Desenvolvimento de Sistemas na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior na área de TI.

Conhecimento básico de desenvolvimento de software;

Experiência em modelagem de sistemas, levantamento de requisitos, programação, testes de sistemas, ou testes de segurança de sistemas.

Experiência em planejamento ou fiscalização de contratações de TIC (em conformidade com a IN nº 01/2019 SGD/ME e demais normas);

2.14.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Tecnologia da Informação - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Atuar no planejamento, desenvolvimento e na segurança de sistemas de informações;

Participar no planejamento ou fiscalização de contratações de TIC (em conformidade com a IN nº 01/2019 SGD/ME e demais normas).

2.15. Especialista em Privacidade

Unidade Organizacional: Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Vagas: 3

Programa de Gestão: Total

Jornada: 40 Horas

Tipo de Movimentação: Requisição

Três vagas para atuar como especialista em privacidade na Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa da ANPD.

Requisitos específicos:

Nível superior em qualquer área do conhecimento.

Conhecimento e prática intermediária em Direito Constitucional, Consumidor e Concorrencial; Lei 13.709/18 - LGPD; e habilidade de escrita técnica.

Conhecimento básico sobre Regulação - Ética e Modelos Regulatórios; Regulação da Tecnologia e Inteligência Artificial; Transferência Internacional de Dados; metodologia de pesquisa.

Diferenciais:

Conhecimento e prática básica em Metodologia de Pesquisa;

Proatividade;

Capacidade de análise;

Habilidade intermediária de escrita técnica (escrita de Notas Técnicas, Pareceres, Instruções Técnicas e Normativas); e

Idioma: Inglês Avançado.

2.15.1. Requisitos da Oportunidade

FORMAÇÃO PREFERENCIAL

- Qualquer Área - Nível GRADUAÇÃO (Obrigatório)

VÍNCULO EXIGIDO

- SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EFETIVO (P. EXECUTIVO) (Exceto estágio probatório)
- EMPREGADO PÚBLICO

AS ATIVIDADES QUE SERÃO EXERCIDAS ENVOLVEM

Elaborar pareceres e notas técnicas em casos concretos;

Elaborar Programas e políticas públicas;

Participar de reuniões;

Analisar normas de incidentes de segurança;

Promover e elaborar estudos sobre práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade;

Auxiliar na elaboração de análises de impacto regulatório;

Auxiliar tecnicamente na elaboração de guias, recomendações, normas, orientações e procedimentos; e

Emitir, quando solicitado, pareceres técnicos nos autos de processos administrativos.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. DAS ETAPAS DO PROCESSO

3.1.1. Inscrição

A inscrição deverá ser realizada por meio da plataforma do SouGov Oportunidades ou os candidatos poderão enviar o currículo cadastrado no Banco de Talentos do Sou.gov.br, salvo em PDF, para o endereço eletrônico cgp@anpd.gov.br informando no título do e-mail o nome da oportunidade. **ATENÇÃO:** Para se inscrever, o candidato deverá conhecer plenamente os termos do edital e certificar-se de que é capaz de comprovar o atendimento a todos os requisitos gerais e específicos, além das qualificações técnica que indicar, bem como ter ciência de eventuais perdas de gratificação decorrentes do processo de movimentação. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento. Conforme determina a Instrução Normativa SGP nº 4, de 28 de dezembro de 2018, em seu art. 4º. DA PROTEÇÃO DE DADOS A coleta dos dados pessoais dos candidatos tem por finalidade específica a inscrição e a seleção para as vagas estipuladas neste Edital, tendo como base legal o inciso II do caput do art. 7º, cumulado com o caput do art. 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), para fins de cumprimento do disposto no art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019. A ANPD assegura o tratamento dos dados pessoais dos candidatos conforme preconiza a LGPD, com a garantia de respeito aos direitos do titular. Apenas as pessoas e os Órgãos estritamente necessários à realização da seleção terão acesso aos currículos e, por sua vez, aos dados constantes neles e na inscrição do candidato. Os currículos poderão ser mantidos pelo período de até 12 (doze) meses no banco de dados da ANPD para novas oportunidades.

3.1.2. Entrevista

A unidade responsável pelo edital entrará em contato para proceder com o agendamento das entrevistas.

4. CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS	OBSERVAÇÕES
Inscrição	De 20/04/2022 até o dia 08/05/2022	A inscrição se dará por meio da plataforma ou mediante envio do currículo para o e-mail indicado.
Entrevista	De 09/05/2022 até o dia 31/05/2022	

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- A escolha final do candidato é ato discricionário da autoridade responsável pela indicação, nomeação ou pela designação.
- Na hipótese de não ser escolhido qualquer dos candidatos selecionados, o(a) Presidência da República poderá solicitar a abertura de nova seleção.
- O recebimento da inscrição do candidato implicará na aceitação das normas para o processo seletivo condas neste edital.
- A qualquer tempo poder-se-á anular a designação do candidato, desde que verificada qualquer incongruência nos documentos apresentados.
- As informações prestadas no currículo são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o(a) Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do direito de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.
- O não comparecimento à entrevista na data, na hora e no local definidos será considerado como desistência por parte do candidato, sendo ele automaticamente eliminado do processo seletivo.